



136  
142

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

3701

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0129034-0 – CARUARU - PE  
APELANTE: CREDICARD BANCO S/A – ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE  
CRÉDITO  
ADVOGADOS: ALESSANDRO DE OLIVEIRA THULLER E OUTROS  
APELADA: DAMIANA LAUREANA BEZERRA GONÇALVES  
ADVOGADA: MARIA DO SOCORRO BEZERRA CHAVES  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA:** CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL – REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. COBRANÇA INDEVIDA. RESTRIÇÃO CREDITÍCIA. INSCRIÇÃO DE NOME NAS INSTITUIÇÕES DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DEVIDA A INDENIZAÇÃO.

A responsabilidade pela indevida inscrição do nome de suposto devedor, é exclusiva da empresa prestadora de serviço e independe de culpa, ensejando a obrigação de indenizar pelo dano moral causado indevidamente.

**DECISÃO:** “POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA, POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO; POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI DADO PROVIMENTO PARCIAL AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA”.

**DATA DO JUGALMENTO:** 14 de dezembro de 2009.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0129034-0, em que figura como apelante CREDICARD BANCO S/A – ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/A e como apelada DAMIANA LAUREANA BEZERRA GONÇALVES, **ACORDAM** os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade da sentença por falta da

137

fundamentação. Por unanimidade de votos, foi dado provimento parcial ao apelo, nos termos do 143  
voto da turma. Tudo de acordo com os votos escritos anexos que integram o presente aresto.

Recife, 16 de dezembro de 2009.

*Adalberto de Oliveira Melo*

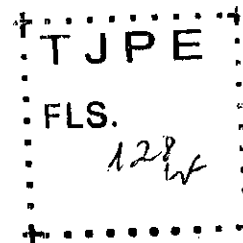
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

RELATOR

A/cp



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO



**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0129034-0 – CARUARU - PE**  
**APELANTE: CREDICARD BANCO S. A. - ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO**  
**ADVOGADOS: ALESSANDRO DE OLIVEIRA THULLER E OUTROS**  
**APELADO: DAMIANA LAUREANA BEZERRA GONÇALVES**  
**ADVOGADO: MARIA SOCORRO BEZERRA CHAVES**  
**RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**  
**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação Cível interposta por CREDICARD BANCO S.A. – ADMINISTRADORA DE CARTÕES, pretendendo a reforma da sentença proferida pelo MM. Juiz “*a quo*” nos autos da Ação de Responsabilidade Civil – Reparação por Danos Morais com Pedido de Antecipação de Tutela, movida pela parte autora/apelada, que tramitou na 2ª Vara Cível da Comarca de Caruaru.

Alega a parte autora que, apesar de ter cumprido todos os compromissos financeiros acordados com a ré, ora apelante, esta indevidamente incluiu o seu nome no cadastro do SPC e do SERASA, impossibilitando-a de efetuar compras a crédito, além de fazê-la suportar sentimentos de humilhação e constrangimento.

Pugna pela concessão da antecipação de tutela para que seu nome seja excluído do cadastro restritivo das empresas supramencionadas, e pleiteia uma indenização pelos danos morais suportados.

A empresa ré, apesar de devidamente citada, não apresentou contestação, conforme atesta certidão de f. 41 dos autos.

Após o prazo para a apresentação da contestação ter se exaurido, a empresa ré apresentou petição solicitando a designação de audiência conciliatória, o que foi concedido pelo juízo. Na mesma oportunidade foi deferido o pedido de tutela antecipada formulado pela parte autora, que determinou a exclusão de seu nome dos

cadastros restritivos do SPC e SERASA, relacionados aos débitos em questão na demanda até a sentença final, decisão em f. 49 dos autos.

Realizada a audiência de conciliação, a mesma resultou inexitosa (f. 76).

O juiz monocrático, ante a revelia e o conjunto probatório dos autos, julgou procedente o pedido formulado na petição inicial, determinando que a ré pagasse à autora, a título de indenização pelos danos morais por ela suportados, a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigidos monetariamente e acrescidos de juros moratórios de 0,5% ao mês, a partir da sentença até o seu efetivo cumprimento, fundamentado nos artigos 5º da CF/88, 186 e 927 do Código Civil, c/c arts. 269, I, 285 e 319 do CPC. Condenou, ainda, ao pagamento das custas e honorários advocatícios em 15% sobre o valor da condenação (fl. 79).

Inconformada com a sentença, a empresa ré interpôs recurso de apelação pretendendo sua reforma (fs. 81/94).

A apelação foi recebida em ambos os efeitos (fl. 97).

A parte autora apresentou contrarrazões às fls. 99/100, pedindo a manutenção integral da sentença recorrida.

Em virtude da semana de conciliação da campanha Meta 2, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, os presentes autos foram encaminhados à Central de Conciliação e Mediação do Tribunal de Justiça onde houve uma tentativa de conciliar as partes envolvidas na presente demanda, no entanto, sem êxito, em virtude da ausência das partes na sessão (fs. 121 e 124).

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 03 de novembro de 2009.

*DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA*  
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA

RELATOR

138

146



**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0129034-0 – CARUARU - PE  
APELANTE: CREDICARD BANCO S. A. - ADMINISTRADORA DE CARTÕES  
DE CRÉDITO  
ADVOGADOS: ALESSANDRO DE OLIVEIRA THULLER E OUTROS  
APELADO: DAMIANA LAUREANA BEZERRA GONÇALVES  
ADVOGADO: MARIA SOCORRO BEZERRA CHAVES  
REIATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**VOTO**

O dano moral efetivamente ocorreu no momento em que a apelada teve seu nome inserido na relação de maus pagadores das instituições de proteção ao crédito, apesar de haver quitado a dívida que tinha para com a empresa apelante, sendo, portanto, devida a indenização.

O recurso foi interposto tendo em vista a irrisignação da apelante pela sua condenação ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R\$ 10.000,00, bem como os honorários advocatícios na base de 15% sobre o valor da condenação.

A apelante insurge-se contra a decisão supramencionada alegando a nulidade da sentença por ausência de fundamentação com relação ao quantum arbitrado pelo MM. Juiz "a quo" a título de indenização e honorários advocatícios.

Pede a apelante, alternativamente, pela redução do valor da condenação.

No regramento positivo não há quaisquer restrições ou limitações relacionadas à fixação do quantum para a composição do dano moral, os valores devem ser arbitrados pelo juiz com bom senso e equidade, observando a determinação constitucional no sentido que a indenização seja proporcional ao agravo (art. 5º, V, da CF/88).

h

139

O quantum arbitrado deverá ser baseado em parâmetros razoáveis, evitando o enriquecimento sem causa do indenizado, ao mesmo tempo em que não deve ser um valor irrisório.

147

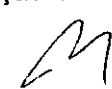
A fixação do quantum, portanto, deve obedecer ao cotejo entre a extensão do dano (grau de ofensa) e a capacidade financeira do ofensor.

Na mesma linha de pensamento, os honorários advocatícios devem ser fixados com o fim de remunerar de forma justa o serviço prestado pelo profissional, observando o grau de zelo do patrono, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, além do tempo exigido pela demanda, conforme art. 20, § 3º do Código de Processo Civil.

Como cediço, o valor da indenização se sujeita ao controle do Superior Tribunal de Justiça, sendo certo que, na sua fixação, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico dos autores e, ainda, ao porte econômico dos réus, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso. In casu, o valor fixado pelo Tribunal a quo, a título de reparação de danos morais, mostra-se razoável, limitando-se à compensação do sofrimento advindo do evento danoso. (STJ - AgRg no AgRg no Ag 644512 / RS. Ministro JORGE SCARTEZZINI. QUARTA TURMA. DJ 09.10.2006 p. 306).

Assim, após tudo sopesado, entendo não haver razão para a quantificação do dano moral no valor arbitrado pelo julgador de primeira instância, posto que, o dano moral experimentado pela agravada não ultrapassou os limites da relação cliente/empresa, visto que não há nos autos comprovação de que a agravada foi impedida de realizar compras a crédito enquanto seu nome estava no cadastro restritivo das empresas de proteção ao crédito.

Em face do exposto, conheço e dou provimento parcial à apelação, reformando-se a sentença atacada tão somente para reduzir o valor da condenação de



140

R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para R\$ 6.000,00 (seis mil reais), acrescidos dos juros moratórios a partir do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ e correção monetária a partir deste arbitramento, confirmando o valor dos honorários advocatícios, que foram fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

148

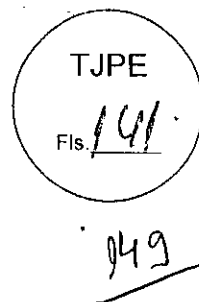
É como voto.

*Adalberto de Oliveira*  
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA  
RELATOR

A/mcrd



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 129034-0 - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
REVISOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: CREDICARD BANCO S. A. ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE  
CRÉDITO  
APELADA: DAMIANA LAUREANA BEZERRA GONÇALVES

V O T O D E R E V I S Ã O

Cuida-se de apelação interposta contra sentença (fls. 79) na qual a Apelante revel foi condenada a indenizar a parte adversa em danos morais - arbitrados em R\$10.000,00 (dez mil reais) -, por conta da inscrição indevida em órgãos restritivos, apesar de acordo realizado em sede de Juizados Especiais (fls. 24).

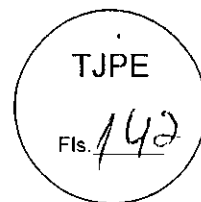
Em sua peça recursal (fls. 81/94), a Apelante aduz, em sede de preliminar, a nulidade da sentença, pugnando "seja reconhecida e declarada, pelo PLENO deste Tribunal, a inconstitucionalidade, pela via difusa de controle de constitucionalidade, em virtude da ausência de fundamentação da sentença no tocante ao arbitramento da indenização e honorários" (sic - fls. 93). No mérito, requer a redução do quantum fixado pelo i. togado de 1º Grau, diante do suposto enriquecimento sem causa causado ao Autor/Apelado.

Contrarrazões de Apelação (fls. 99/100), nas quais a Apelada requer seja mantida a sentença em todos os seus termos, e destacando o fato de que foi aplicada a pena de revelia à Recorrente. É o relatório.





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



130

**i) Preliminar de nulidade da sentença.**

Inicialmente, registro que o pitoresco pedido de declaração "pelo *PLENO* deste Tribunal, da inconstitucionalidade [da sentença], pela via difusa de controle de constitucionalidade, em virtude da ausência de fundamentação" não merece maiores digressões, sendo absolutamente descabido falar em "inconstitucionalidade de sentença" por conta de suposta nulidade, devendo a questão, por óbvio, ser analisada como preliminar de apelação pela Câmara.

Passando à análise propriamente dita, a preliminar não reúne condições de êxito, pois, inobstante a sucinta fundamentação da sentença guerreada, esta preenche os requisitos do art. 93, IX, da Carta Magna<sup>1</sup> e do art. 458 do CPC<sup>2</sup>, até porque, diante da revelia da Apelante, os fatos apresentados na exordial tornaram-se incontroversos.

Cabia ao Julgador, portanto, unicamente aquilatar os danos sofridos, o que fez S. Exa. ao embasar o arbitramento "tendo por parâmetro a natureza e a extensão do prejuízo, o

<sup>1</sup> Art. 93 (...) - IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

<sup>2</sup> Art. 458. São requisitos essenciais da sentença:

I - o relatório, que conterà os nomes das partes, a summa do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

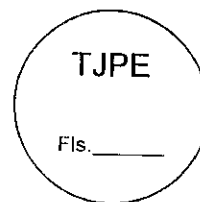
II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem.

AC 129034-0 - 12 - 11/9



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



151

grau de culpa do ofensor, bem como as qualidades e condições sócio-econômicas dos litigantes", fundamentando a decisão "no artigo 5º, X, da Lei maior, artigos 186 e 927 do CC c/c artigo 269, I, 285 e 319 do CPC", argumento que se estende aos honorários arbitrados em 15% sobre o valor da condenação.

Isto posto, sem mais delongas, **REJEITO A PRELIMINAR.**

É como voto.

Recife,

M 1209

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Revisor



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 143

132

ii) Mérito.

Compulsando os autos, verifico centrar-se a lide nos danos morais sofridos pela Autora, ora Apelada, em decorrência da inscrição em órgãos de restrição de crédito (fls. 18/19), por débito já adimplido, e objeto de acordo realizado em Juizado Especial (fls. 24), em 01.09.2004, onde a Apelante se comprometeu "a zerar o saldo referente ao cartão (...) no prazo máximo de 30 (trinta) dias, bem como a retirada do SPC e SERASA", mas não cumpriu, conforme termo de arquivamento (fls. 25).

Desta forma, considerando a revelia da Recorrente, cabe apenas analisar a justeza do valor fixado pela instância originária, considerando que os documentos acostados aos autos permitem inferir um período de inscrição por pelo menos 10 meses (cf. fls. 18 e 65), pois a restrição só foi retirada em cumprimento a decisão proferida em sede de tutela antecipatória (fls. 49/50).

Assim, em que pese o dano moral no caso ser *in re ipsa*, não houve dano concreto demonstrado pela Autora, me parecendo destoante da realidade e das decisões proferidas em casos similares o quantum indenizatório estipulado pelo Douto Juiz a quo quando da prolação da sentença. É sabido que cabe ao julgador arbitrar quantia compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a gravidade do dano e a repercussão da ofensa, devendo esse valor ser moderado e equitativo, para não se converter o sofrimento em indevido instrumento de captação de lucro.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Liraiva de Moraes*

TJPE

Fls. \_\_\_\_\_

153

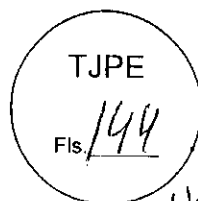
Nesse sentido, colaciono do corpo do acórdão de lavra do MM Des. Sérgio Cavalieri, do TJRJ, o entendimento de que o dano moral não pode e não deve ser causa de enriquecimento ilícito do ofendido:

.....

"(...) No que diz respeito ao valor da indenização, estou convencido de que o arbitramento judicial continua sendo o meio mais eficiente para fixar o dano moral e que nessa tarefa o princípio da razoabilidade, inserto no art. 1.059 do CC para a fixação do lucro cessante deve ser adotado pelo Juiz. Razoável é aquilo que é sensato, comedido, moderado, que guarda uma certa proporcionalidade. Importa dizer que o juiz, ao valorar o dano moral, deve arbitrar uma quantia que, de acordo com seu prudente arbítrio seja compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita e a gravidade do dano por ela produzido. Deve-lhe também servir de norte aquele outro princípio que veda que o dano se transforme em fonte de lucro. Se a reparação deve ser a mais ampla possível, a indenização não se destina a enriquecer a vítima. Entre esses dois limites deve se situar o bom senso do Julgador. Qualquer quantia a mais do que a necessária à reparação do dano importará em enriquecimento sem causa, ensejando novo dano. Na lição do insigne Caio Mário, dois motivos ou duas causas estão conjugados na reparação por dano moral: 1) punição ao infrator pelo fato de haver ofendido um bem jurídico da vítima, posto que imaterial; 2) pôr nas mãos do ofendido uma soma que não é o *pretium doluris*, porém o meio de lhe oferecer oportunidade de conseguir uma satisfação de qualquer espécie, seja de ordem intelectual ou moral, seja mesmo de cunho material, o que pode ser obtido no fato de saber que esta soma em dinheiro pode amenizar a amargura da ofensa. Recomenda, todavia, o mestre fazendo referência ao seu anteprojeto de obrigações, que esse arbitramento deve ser moderado e equitativo para que não se converta o sofrimento em móvel de captação de lucro (o lucro *capiendo*) (responsabilidade Civil *Forense*, p. 315-316). Em suma, o bom senso deve nortear o Juiz no exame do caso concreto concedendo e guardando a indenização pelo dano moral de acordo com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima, a capacidade econômica do causador do



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



dano, as condições pessoais do ofendido, etc." (Ap. 5.658/97 -  
2ª Cam. TURJ, Rel. Des. Sérgio Cavalieri Filho - DORJ 11.12.97  
in RT 753/345) (q.n.).

.....

Destarte, e tendo em vista as razões acima delineadas,  
tenho como plausível que a condenação da Apelante em valor  
correspondente a R\$<sup>sen</sup>6.000,00 (~~três~~ mil reais) observa o princípio da *cfom*  
razoabilidade e da proporcionalidade, diante do baixo valor inscrito  
(R\$87,42 - fls. 19), e do contexto dos documentos apresentados (fls.  
09/26), demonstrando a recalcitrância da Apelante em cumprir o  
acordo.

Ante todo o exposto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL AO APELO**,  
apenas para reduzir o montante indenizatório para o importe de  
R\$<sup>sen</sup>6.000,00 (~~três~~ mil reais), mantendo incólume a sentença vergastada *cfomug*  
em seus demais termos.

É como voto.

Recife, *M 12 09*  
*cfom*

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Revisor